

## A BUSCA POR SEGURANÇA NA SOCIEDADE ATUAL

Dione Vinhas N. Cotrim\*

**Resumo:** *O presente artigo pretende fazer uma revisão e análise bibliográfica do conceito de comunidade, no universo das ciências sociais, sob um ponto de vista sociológico, tendo em vista a persistência das relações comunitárias na sociedade globalizada atual, caracterizada por incerteza, falta de segurança e individualismo. O autor faz uma análise preliminar das abordagens mais importantes de cientistas sociais a partir do século XIX, na tentativa de estabelecer comparações entre as mesmas, e demonstrar a maneira indiscriminada e imprecisa com que o termo vem sendo empregado pelos meios acadêmicos e pela mídia em geral nos dias atuais. Após proceder a uma análise dos diferentes enfoques selecionados, conclui que a comunidade não é uma forma de organização social pré-capitalista, que necessariamente vem antes das sociedades e acentua a convivência das duas formas na atualidade. Enfatiza ainda, que esta revisão tornou-se necessária pela importância cada vez maior de um conceito que se tornou central, para a discussão atual sobre o futuro e a natureza das sociedades.*

**Palavras-chave:** Comunidade; Sociedade; Globalização; Segurança; Identidade.

## INTRODUÇÃO

A questão em torno da existência e do papel da sociedade tem sido ao longo da história moderna uma temática constante, apesar da diversidade das propostas e modelos explicativos.

Com a emergência do modo de produção capitalista, que se constituiu a partir do surgimento de uma classe social - a burguesa – promotora das grandes revoluções modernas, a vida urbana se tornaria uma característica dominante no mundo, submetendo o mundo rural, assim como a indústria subordinaria a agricultura aos seus interesses.

Um expansionismo sem precedentes punha em contato direto as mais distantes e diferentes populações do mundo, lançando as bases do fenômeno que se chama hoje de globalização. Ao lado de instituições que se universalizam e/ou se pulverizam, desenvolve-se a idéia de que a humanidade é um todo que pode ser reunido a um único processo globalizante. O individualismo emerge como um valor essencial da identidade humana, relegando a segundo plano outras formas de identidade como a família, o clã, a linguagem. Dessa forma, pragmatismo, imediatismo e individualismo transformam-se em princípios fundamentais e até mesmo em dogma religioso.

O mundo passa por grandes transformações e as mais radicais tendências da modernidade alcançam seu pleno desenvolvimento com a globalização, enquanto concomitantemente assistimos à desestruturação de tudo que caracterizou a herança cultural do ocidente.

De acordo com Max Weber a humanidade partiu de um mundo habitado pelo sagrado, pelo mágico e chegou a um mundo racional, material e manipulado pela técnica e pela ciência. “A modernidade é fruto do desencantamento do mundo, da racionalização das diferentes esferas da vida social”. (WEBER,1974).

Um dos aspectos que mais chama a atenção em relação à sociedade que emerge neste fim de modernidade é o caráter paradoxal de suas tendências, uma vez que o mundo contemporâneo na medida em que evidencia a dissolução de valores e o esfacelamento da identidade, coloca também em xeque a própria existência da sociedade.

---

\* Socióloga, Mestra em Ciências Sociais, Professora Assistente de Sociologia e Antropologia Social da UCSAL; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Pesquisadora da CAR/SEPLANTEC. Email: [dionevinhas@yahoo.com.br](mailto:dionevinhas@yahoo.com.br)

Entretanto, se por um lado com a modernidade ficou evidenciado o fim da estrutura societária até então vigente, outras possibilidades passaram a ser pensadas, no intuito de apontar saídas desse paraíso do desenvolvimento tecnológico. Um sem número de sugestões ocorrem; algumas norteadas pela determinação de resgate da humanidade, onde emergem as mais diversas teorias salvacionistas, construídas sob a égide de dispositivos alternativos.

No contexto do atual estágio de civilização, alguns autores citados no decorrer deste trabalho, colocam como temática emergente e necessária o estudo do conceito de comunidade. Afinal, no instante em que a sociedade se encontra imersa em reflexões sobre o seu papel, sob a validade dos dispositivos que produziu, aparece como suposição de solução e envolta nos mais variados programas; mas sempre como um mistério a ser desvendado, a vida comunitária.

Para Hobsbawm (1996)

a palavra comunidade, nunca foi utilizada tão indiscriminadamente quanto nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico, se tornaram difíceis de encontrar na vida real. Homens e mulheres procuram grupos de que possam fazer parte com certeza e para sempre, num mundo em que tudo o mais se desloca e muda, em que nada mais é certo.

O objetivo de se definir conceitualmente a comunidade, a sua estrutura e a sua dinâmica no âmbito deste trabalho, reside na perspectiva de que a partir da definição do que venha a ser a comunidade, serão delineadas as possibilidades de sua aplicação e elaboração na vida atual.

A partir de uma breve recapitulação teórica deste conceito tentar-se-á definir o papel da comunidade, num mundo de incerteza e insegurança. Neste contexto sócio-cultural a saída comunitária é vista hoje como uma estratégia de segurança, que os grupos e movimentos sociais têm freqüentemente recorrido para suprir as suas necessidades na era da incerteza.

Convém ressaltar que o apelo à noção de comunidade na atualidade não parte de um impulso nostálgico de volta ao passado, mas da tendência real, histórica, das reorganizações na vida social. Como exemplo, podem ser citados os técnicos de planejamento de organismos mundiais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que vêm constantemente insistindo na tecla da descentralização da execução das despesas sociais, com a indicação de que isso multiplica os efeitos dos investimentos e aumenta a produtividade dos projetos. Neste contexto o termo descentralização implica no redimensionamento das macro-organizações societárias e inflexão no sentido do menor, do pequeno, o que suscita a idéia de comunidade.

Na esfera política, a comunidade aparece como termo designativo de grupos não contemplados pela plena alocação de recursos realizada pelo mercado contemporâneo. Ou seja, comunidade é a palavra posta no centro da nova forma da questão social, em que a sociedade aparece bipolarizada em matéria de classes sociais; ou seja, muito ricos/muito pobres, privilegiados/despossuídos.

## **ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O TEMA**

O conceito de comunidade, de enorme importância na Sociologia do século XIX, designa os agrupamentos humanos nos quais se verifica um grau elevado de intimidade e coesão entre seus membros, engajamento moral e uma garantia de continuidade.

A Sociologia e a Psicologia parecem aceitar a justeza do termo, ao se referirem a toda uma forma de sociabilidade e funções sociais, principalmente em sociedades não capitalistas. Reconhecem que a utilização do conceito representa uma crítica à sociedade da racionalidade, ao trabalho alienante e alienado.

O antagonismo entre comunidade e sociedade tem servido para se estudar a sociedade industrial, tendo como pano de fundo a perspectiva de uma sociedade tradicional, e ainda a cidade em relação ao campo.

Em todos os casos observa-se que o termo comunidade se aproxima mais de uma idéia imaginária do que de um conceito que se possa usar operacionalmente.

Podem-se visualizar no contexto deste trabalho, a título de realizar uma abordagem preliminar sobre o tema, algumas produções que postularam as diversas tendências:

Os sociólogos positivistas dedicaram parte das suas teorias ao estudo da comunidade, considerado como o modelo de vida social próprio das sociedades agrárias, caracterizado por relações primárias e tradicionais; influência fundamental da família e pequena flexibilidade das relações existentes. De maneira geral atribuiu-se à comunidade uma forte homogeneidade entre os indivíduos quanto aos seus interesses e às crenças que compartilham, além de uma menor diferenciação nas funções e status individuais. Nesse sentido, as corporações, mosteiros e comunas foram estudados como exemplos originais de comunidade.

Para Kingsley Davis, a base de interdependência entre os membros de uma comunidade estaria, de alguma maneira, em seu elemento territorial. A comunidade seria sempre um grupo local, cuja integração entre os membros abrangeria todas as instituições existentes, consideradas menos importantes e menos abrangentes do que a própria comunidade.

O filósofo e sociólogo alemão Ferdinand Tönnies foi um dos teóricos que procuraram entender a organização da vida comunitária, assim como fizeram mais tarde, Donald Pierson (sociólogo norte-americano) e Robert Maciver (filósofo social e sociólogo inglês).

Em sua obra *Comunidade e Sociedade* (1887), Ferdinand Tönnies, realiza uma conceituação mais completa e rigorosa do termo comunidade, estruturando-o como antitético ao de sociedade.

A obra de Tönnies tornou-se um referencial dos mais importantes para o tema em questão. Segundo o sociólogo, a Comunidade (*Gemeinschaft*), que caracteriza a sociedade européia pré-moderna típica, consistia numa densa rede de relações pessoais, baseadas principalmente no parentesco e no contato social direto (*face to face*). As normas, em grande parte, não eram escritas e os indivíduos estavam ligados uns aos outros numa teia de interdependência fechada, que envolvia todos os aspectos da vida: a família, o trabalho, as poucas alternativas de lazer, etc. Assim, a comunidade é um tipo de agrupamento humano no qual se observa um grau elevado de intimidade e coesão entre seus membros, e onde predominam os contatos sociais primários, com influência fundamental da família. Nas comunidades os indivíduos estão envolvidos como pessoas completas, que podem satisfazer todos os seus objetivos, no grupo.

A *Gesellschaft* ou sociedade, por outro lado, é a estrutura de leis e outros regulamentos que caracterizam as grandes sociedades urbanas industriais. As relações sociais são mais formalizadas e impessoais, os indivíduos não dependem uns dos outros para o seu sustento, e estão muito menos obrigados moralmente entre si. Portanto, a sociedade designa agrupamentos humanos que se caracterizam pelo predomínio de contatos sociais secundários e impessoais, próprios da sociedade industrial, da complexa divisão do trabalho e da burocracia. Nas sociedades os indivíduos encontram-se também envolvidos entre si, mas a busca de realização de certos fins comuns é específica e parcial.

A preocupação do autor ao desenvolver esta obra era, além de pôr fim à multiplicidade de significados que o conceito comunidade assumiu na cultura européia, também de fundamentar uma abordagem sociológica sistemática. A importância do seu trabalho reside no fato de ter realizado uma minuciosa caracterização com o propósito de definir e diferenciar comunidade e sociedade. Tönnies trabalhou com conceitos que, segundo ele, propiciam a compreensão do que venha a ser comunidade: a questão da família e da propriedade da terra.

Ele avalia que a compreensão e a concórdia justificam-se quando há conhecimento íntimo entre os membros de uma comunidade, bem como uma afeição recíproca que deriva da

participação de cada um na vida dos outros. Esta perspectiva de convivência só pode se efetuar graças à língua comum. A linguagem seria a grande responsável pela expressão do afeto, dos costumes e da fé comum.

Embora seja uma obra tópica e referencial para o estudo do que venha a ser comunidade, não há como abstrair o fato de que a obra *Comunidade e Sociedade* contém uma crítica à *gesellschaft* - sociedade, fundamentada principalmente em base do racionalismo iluminista. Essa obra considera que o progresso tão almejado pelos primeiros iluministas resultou num processo de atomização do indivíduo.

Basicamente, se na sociedade o que prevalece é a vontade individual, com seus membros fortemente individualizados, na comunidade, ainda de acordo com Tönnies, é a vontade comum e o interesse coletivo que predominam.

O autor, em seguida, realiza uma crítica a essa sociedade, que uma vez individualizada, afasta o homem do real sentido da produção e enfraquece o seu vínculo com a terra. E isso não deixa de ser uma tentativa de afirmação da autenticidade do sujeito sobre o horizonte metafísico.

Entretanto, o resgate da autenticidade do sujeito representa mais uma tentativa de produção de instrumentos no sentido do não reconhecimento da dissolução do mesmo. Não admitir isso significa uma recusa às possibilidades de saída da crise em que se encontra a sociedade. Não seria incongruente enxergar nessa atitude uma similaridade com a postura que colabora afirmativamente para a concretização de um mundo mais autônomo, onde há uma produção cada vez mais sofisticada de materiais, tecnologia e equipamentos, mas ao mesmo tempo, permite entrever a não aceitação e vivência do novo. A idéia de que a comunidade poderia “salvar” de alguma maneira a sociedade é a elaboração discursiva dessa estrutura de pensamento. Na verdade falar de comunidade sob esta ótica romântica é desaguar na ilusão do passado, na vã perspectiva do retorno e na incapacidade de construir o futuro.

Na visão dos sociólogos posteriores, dentre os quais Simmel, Cooley, Durkheim e Weber o conceito veio se transformando até assumir o significado corrente na sociologia contemporânea de distinção entre relações sociais de tipo localista e relações de tipo cosmopolita, que é uma distinção puramente descritiva entre comportamentos vinculados à comunidade restrita em que se vive e comportamentos orientados para uma sociedade mais ampla.

Nesse sentido, vale recorrer aos postulados formulados por Durkheim, em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*, no que concerne aos dois tipos de solidariedade para explicar as formas de socialização existentes.

O autor estabeleceu esses dois tipos de solidariedade na sociedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica era aquela que predominava nas sociedades pré-capitalistas, onde os indivíduos identificavam-se por meio da família, da religião, da tradição e dos costumes, permanecendo geralmente independentes e autônomos em relação à divisão social do trabalho social. Já a solidariedade orgânica é aquela típica das sociedades capitalistas, onde pela acelerada divisão do trabalho social, os indivíduos se tornavam interdependentes. Essa interdependência garantiria a união social em lugar dos costumes, das tradições, das relações sociais estreitas. Imbuído de uma visão evolucionista do desenvolvimento social, Durkheim estabeleceria uma passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica como um motor de transformação de toda e qualquer sociedade.

Atualmente pode-se distinguir duas noções básicas com relação ao conceito de comunidade: a primeira referente à psicologia, que descende diretamente do pensamento romântico e a segunda que se refere à espacialidade, ligada à preocupação ecológica. O conceito assume configurações bastante diferentes quando se prioriza uma ou outra. A noção psicológica considera comunidade como sendo a qualidade de relação entre indivíduos, que se caracteriza pela presença de sentimentos de solidariedade, identificação, união, altruísmo e integração. Já para a ecologia comunidade é simplesmente um conjunto, grupo ou sistema de indivíduos num lugar determinado; ou seja, a comunidade é um grupo com o seu território. A estas duas noções pode se somar uma terceira perspectiva, com enfoque sociológico, que tende a avaliar a

comunidade como o menor grupo social e o primeiro nível de organização social completo e auto-suficiente.

As duas primeiras noções confluem para o grupo humano fundamental que é a família, o arquétipo donde derivam tanto os agrupamentos de base territorial como de seguimentos afetivos. Dentro de uma mesma família ou vilarejo, podem formar-se “subcomunidades” baseadas no sexo e na idade, ao passo que nas comunidades urbanas mais complexas e pluralísticas, podem emergir “sub-comunidades” de língua, raça, classe, ideologia e religião. Nesse esquema podem se inserir a comunidade científica, a comunidade dos artistas, e a comunidade internacional, norteadas por interesses e valores comuns. Deve-se destacar, porém, que uma comunidade marcada unicamente pelos aspectos psicológicos - a identificação - resente-se do aspecto biológico tão destacado por Tönnies. Falta-lhe a necessidade “natural”, o automatismo que se atribuía à *gemeinschaft*, vigorando com mais força, características como a racionalidade e a intelectualidade, típicas da *gesellschaft*.

A posição da escola de Chicago identificava na luta pela existência e na competição pelo espaço a força de união entre os membros de uma comunidade. Essa perspectiva insere-se numa visão de solidariedade desenvolvida por Tönnies e mais na visão da corrente ecológica, que considera a comunidade como a formação natural e espontânea. Essa corrente substitui o termo comunidade por ecossistema, e abole a conotação psicológica, considerando que o indivíduo + competição + espaço = comunidade. O conceito de área natural proposto pela escola de Chicago não equivale ao conceito Tönniesiano de comunidade. Entretanto, a questão do território aparece em ambas como definidora.

A distinção de Tönnies entre *gemeinschaft* e *gesellschaft* faz parte do amplo movimento do pensamento, que no final do século XIX vai estabelecendo uma distinção categórica entre a “sociedade moderna ocidental” e as “outras” sociedades. Mas, a dicotomia estabelecida por Tönnies não se coloca apenas em termos territoriais, mas também, institucionais e culturais. A alternativa não é entre povoado e cidade, mas o modo de vida da comunidade rural e o da sociedade urbana, burguesa, nacionalista, individualista, competitiva, móvel, pluralista. Fica mais ou menos evidente a simpatia do autor pela *gemeinschaft* tradicional.

Em particular não se coloca o problema da abolição da propriedade privada como condição para o retorno da comunidade. E, se o autor não se enveredou para a defesa dos propósitos utópicos, sua proposta e as análogas à sua somaram-se às doutrinas e ideologias que se propuseram a restaurar a *kultur* da *gemeinschaft* contra *zivilization* da *gesellschaft*, e de promover um retorno aos valores simples e naturais do sangue e da terra, além de ter alimentado idéias de um nacionalismo exacerbado.

Levando-se em consideração que o protótipo da vida comunitária tanto histórico como simbólico é a família, observa-se que as transformações profundas ao longo dos séculos, que vão desde a economia, à educação, passando pelos vínculos afetivos, induz a uma discussão das possibilidades de existência da família assentada em bases tradicionais. Nos tempos atuais basta considerar a pertinência do casamento, que não se estabelece necessariamente, a partir da presença de indivíduos de sexos diferentes. Trata-se de modificações que estão sendo contempladas até mesmo nos códigos civis, impulsionando a alteração dos costumes. Mesmo no que se refere à descendência, observa-se o anacronismo da determinação tradicional, por ser discutível o que se entende por herança, desde a genética, mas também no que se constitui hoje a passagem da riqueza..

Em sua recente obra Bauman, (1999) acrescenta que

para o sociólogo o que constitui um importante fato social, que merece ser explicado/compreendido, é a popularidade talvez crescente das idéias comunitárias[...] Em termos sociológicos, o comunitarismo é uma reação esperável à acelerada liquefação da vida moderna [...] o crescente desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais e fragilidade dos laços humanos.

Com esse argumento o autor refere-se às inseguranças da vida moderna e cita entre essas, o desemprego (sendo que 9 em cada 10 vagas são temporárias e a curto prazo), as perspectivas incertas na velhice, e os infortúnios da vida urbana, que representam as principais causas da ansiedade em relação ao presente. A falta de segurança é o fator fundamental, que estaria sempre presente, e a perspectiva da vida em comunidade representaria a promessa de um porto seguro.

O autor acrescenta que o mito da solidariedade comunitária é um ritual de purificação de tudo que pode trazer uma sensação de diferença e conflito. O nós, hoje, é um ato de auto-proteção, sendo que o desejo de comunidade é defensivo. Entretanto, na era da modernidade líquida, o sonho de segurança e proteção foi privatizado, e as imobiliárias assumem o problema daqueles que podem pagar pelos seus serviços. (SENNET apud BAUMAN, 1999).

Em outra obra, Bauman (2000) discute a não santíssima trindade da insegurança, incerteza e falta de garantias, gerando ansiedade pela dúvida quanto à sua proveniência. A pressão acumulada busca uma saída e com o acesso às fontes de insegurança, bloqueado e inalcançável, a pressão se desloca para cair afinal na finíssima e instável válvula de segurança corporal doméstica e ambiental. O problema da segurança tende a ser sobrecarregado de cuidados, ansiedade, enfim, a segurança por um certo preço.

O autor, referindo-se a Durkheim, quando em um ensaio na época da “modernidade sólida”, deixa entrever que a sociedade - as instituições - tem vida mais longa que os indivíduos. O corpo, compreendendo-se aí como o individual, não se tornou menos efêmero desde o tempo em que Durkheim louvou as instituições sociais duradouras. Ao contrário, as instituições sociais tornaram-se ainda mais efêmeras do que o corpo. O corpo continua mortal e transitório mas a sua brevidade parece uma eternidade comparada com a efemeridade que os quadros de referência que a modernidade líquida põe nas suas vitrines e prateleiras. O corpo, pode-se dizer, se tornou o único abrigo e santuário da comunidade e da duração; o que quer que possa significar “o longo prazo”, dificilmente excederá os limites impostos pela mortalidade corporal. Esta o torna a última linha de trincheiras da segurança, exposta ao bombardeio do inimigo, o último oásis, entre as areias assoladas pelo vento. Daí tornar-se compreensível a preocupação furiosa, obsessiva e excessiva dos indivíduos com a defesa do corpo. “O corpo e a comunidade são os últimos postos de defesa do campo de batalha em que a guerra pela certeza, segurança e garantias é travada diariamente e sem tréguas”.(BAUMAN, 2000).

O autor conclui ainda que a nova solidão do corpo e da comunidade é o resultado de mudanças ocorridas na era da modernidade líquida, principalmente a renúncia pelo Estado liberal em seu papel de maior provedor de certeza, segurança e garantias além de sua recusa em endossar essas aspirações.

Em sua obra mais recente, Bauman (2003) chama a atenção ainda para o fato de que, apesar do sentimento de conforto, de aconchego, de coisa boa associado à imagem da vida comunitária, pode-se observar que em troca da segurança prometida, a vida em comunidade parece nos privar da liberdade de sermos nós mesmos. Segurança e liberdade são dois valores que podem ser equilibrados, mas é difícil de serem conciliados plenamente. A tensão entre comunidade e individualidade dificilmente será desfeita.

Paiva (1998) procura, entre outros objetivos, resgatar a importância da comunidade na era da globalização. O apelo à noção de comunidade hoje, para a autora, não parte “de um impulso nostálgico na direção de um paraíso supostamente risonho mas da tendência histórica das atuais mudanças e reorganizações na vida social”.

A autora ainda argumenta que as premissas levantadas para explicar o conceito de comunidade têm se pautado por considerações oriundas do universo da sociologia, antropologia, em menor grau de política e principalmente da filosofia. Dentro de uma estrutura política, comunidade refere-se a uma instância rural, ao passo que na sociedade sempre se está tratando de cidade. Ou seja, sociedade e cidade seriam sinônimos, pelo menos no que se refere à constituição do poder, além do que a cidade é o lugar da multiplicação dos papéis, da separação, da crise de identidade, onde se dá a fragmentação.

Entretanto deve-se ressaltar que na Idade Média o papel e a importância das cidades eram bastante reduzidos, uma vez que o senhor feudal residia no campo. Era na cidade, porém, onde se davam as trocas, uma vez que nela se concentravam o mercado e também o poder religioso.

O caráter religioso, principalmente o cristão, está sempre presente quando se trata de comunidade, porque aí estão implícitos os conceitos de solidariedade, fraternidade, confiança e comunhão. De um modo geral, faz parte do ideal cristão a vida baseada na igualdade e na harmonia entre os indivíduos; e a perspectiva de viver em comunidade aporta nestes conceitos como necessidade de sobrevivência. Além disso, o conceito de comunidade é circundado por uma aura de beatitude que ultrapassa a dimensão puramente religiosa, passando a se constituir em verdade científica.

A autora, cujo trabalho está centralizado nas relações entre mídia, sociedade e globalização, tece considerações sobre as redes de informações, a exemplo da Internet, onde os indivíduos podem suprir a ausência do contato físico pela discussão de idéias e troca de opiniões. Poder-se-ia afirmar que um grupo de indivíduos em contato, via rede, constitua uma comunidade, de acordo com os padrões tradicionais do conceito? A resposta a esta questão não seria afirmativa; entretanto, as questões suscitadas pelas relações desses grupos de pessoas estão a demandar um maior questionamento e atenção por parte dos cientistas sociais, antropólogos e sociólogos na atualidade.

Paiva acrescenta, que é possível conceber comunidade não apenas como um estágio anterior à sociedade. Talvez ambas coexistam e a preponderância de uma ou outra seja o que caracteriza cada momento histórico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente deve-se considerar que o trabalho desenvolvido é uma abordagem preliminar e que deverá ser aprofundado, com vistas a fazer parte de um estudo mais amplo sobre a questão da persistência das relações comunitárias nas sociedades industriais modernas, caracterizadas pela exacerbação da insegurança e do individualismo.

Após a análise dos conteúdos considerados mais importantes com relação ao conceito de comunidade, observou-se que os meios acadêmicos e a mídia em geral colocam a questão de maneira indiscriminada e muitas vezes imprecisa, dando margem a diversas interpretações que o termo assumiu na cultura européia ocidental e ainda persiste nos dias atuais.

Ressalta-se, também, que a comunidade não deve ser considerada apenas como um estágio anterior ao desenvolvimento das sociedades ou uma sobrevivência de relações pré-capitalistas. Talvez, ambas - comunidade e sociedade - coexistam, e a preponderância de uma ou de outra seja o que caracteriza cada estágio de desenvolvimento histórico-social.

Como se estabelece essa convivência na atualidade é uma questão a ser compreendida, talvez no sentido de se vislumbrar uma alternativa de humanização das relações sociais num mundo globalizado, dominado pela racionalidade e pela tecnologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zauz Editores, 1999.

\_\_\_\_\_. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual.** Jorge Zahar Editores. Rio de Janeiro, 2003.

BERGER Peter. **Perspectivas Sociológicas. Uma visão humanística.** Petrópolis: Vozes.2002.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do Trabalho Social.** In: Os Pensadores. Ed. Abril Cultural. São Paulo. 1973.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Globo, 1984.

GIDDENS,Anthony. **As conseqüências da Modernidade.** São Paulo: Editora UNESP. 1991.

HORKHEIMER, Max e Adorno, Theodor. **Textos Básicos de Sociologia.** Editora CULTRIX LTDA. São Paulo: 1978.

HOBBSBAUM, Eric. **Era dos Extremos. – O breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Comp. das Letras, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum. Compêndio de Sociologia compreensiva.** São Paulo: Brasiliense 1988.

\_\_\_\_\_. **O Tempo das Tribos – O declínio do individualismo nas sociedades de Massa.** São Paulo: Forense Universitária, 2002.

NISBET, Robert A. Comunidade. In: **Sociologia e Sociedade.** FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. .Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum. Comunidade, mídia e globalismo.**.Petrópolis:Vozes, 1998.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação.- as origens de nossa época.**Ed. Campus. 1969.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SILVA, Tomas Tadeu da. et alli. **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1999.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y Asociación.** Barcelona: Ed. Península, 1979.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. In: **Os Pensadores.** São Paulo, 1974.